

em destaque:

O Parlamento Europeu insiste no processo de "Spitzenkandidaten"

Os eurodeputados só aceitarão eleger para o cargo de presidente da Comissão alguém que tenha sido designado candidato principal pelos partidos políticos europeus antes das eleições de 2019.

Os eurodeputados debateram os resultados da reunião informal dos líderes europeus, realizada no dia 23 de fevereiro, incluindo o processo de "Spitzenkandidaten" (candidatos principais) para a escolha do presidente da Comissão.

O presidente do Conselho Europeu, **Donald Tusk**, declarou que todos os dirigentes eram da opinião de que o Conselho Europeu não podia garantir, à partida, que iria propor um dos candidatos principais para presidente da Comissão Europeia.

Os eurodeputados insistiram que o processo de "Spitzenkandidaten" é para ser mantido, em linha com o defendido pelo Parlamento Europeu numa resolução aprovada em 7 de fevereiro.

ver pág. 3

Combate à elisão fiscal

O Parlamento Europeu (PE) aprovou novas regras para aumentar o escrutínio a que estão sujeitas as **atividades de planeamento e aconselhamento fiscal** na União Europeia (UE).

ver pág. 5

Concluir a União Bancária

A **União Bancária precisa de ser reforçada**, na medida em que constitui um objetivo fundamental para a estabilidade financeira da área do euro e um elemento indispensável de uma verdadeira União Económica e Monetária.

ver pág. 7

Produção de Mel

O Parlamento Europeu (PE) propôs medidas para proteger a **saúde das abelhas**, apoiar os apicultores europeus e **promover o mel** e a sua utilização terapêutica. As abelhas prestam um serviço fundamental ao ecossistema e à agricultura na União Europeia (UE) ao polinizarem as flores.

ver pág. 8

Índice

Processo para a escolha do presidente da Comissão é para manter, insistem eurodeputados.....	3
Eurodeputados criam nova comissão especial sobre os crimes financeiros.....	4
PE aprova regras para obrigar intermediários a declarar esquemas de planeamento fiscal agressivo.....	5
PE quer que condições económicas favoráveis sejam aproveitadas para concluir União Bancária.....	7
Parlamento Europeu apela à proteção da saúde das abelhas e a apoios aos apicultores.....	8
Ordem do dia da Sessão.....	11

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Processo para a escolha do presidente da Comissão é para manter, insistem eurodeputados

Os eurodeputados só aceitarão eleger para o cargo de presidente da Comissão alguém que tenha sido designado candidato principal pelos partidos políticos europeus antes das eleições de 2019.

Os eurodeputados debateram os resultados da reunião informal dos líderes europeus, realizada no dia 23 de fevereiro, incluindo o processo de "*Spitzenkandidaten*" (candidatos principais) para a escolha do presidente da Comissão.

O presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, declarou que todos os dirigentes eram da opinião de que o Conselho Europeu não podia garantir, à partida, que iria propor um dos candidatos principais para presidente da Comissão Europeia.

Os eurodeputados insistiram que o processo de "*Spitzenkandidaten*" é para ser mantido, em linha com o defendido pelo Parlamento Europeu numa resolução aprovada em 7 de fevereiro.

Os parlamentares afirmaram também que o futuro orçamento de longo prazo da UE deve ser utilizado de forma eficiente e defenderam que recursos próprios, como a taxa sobre as transações financeiras, devem ser usados para substituir parte das contribuições diretas nacionais.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Paulo Rangel (PPE) *“Mr President, I would like to focus on these additional issues to say that the composition is very balanced and I am very happy that there is a positive response. Secondly, I am also very happy that transnational lists were not considered. This is very important because, for true federalists and true pro-Europeans, there is no experience of a joint and single constituency in the United States, the Federal Republic of Germany or in Switzerland. This would create an imbalance between the countries. If you want to change the rules in Parliament on the balance of the countries, you have to change it first in the Council and then we will see.*

Finally, I fully understand the position of the Council in the Spitzenkandidaten issue, but they also have to understand ours, because we have to approve the candidate, we have to approve their programme, and we have to approve the College. We have three opportunities to reject the Council’s proposal”.

Maria João Rodrigues (S&D) *“Mr President, at their last meeting some leaders proved that they are not really understanding what a budget to pave the way for a better future in the European Union should be. Of course we need to cope with new challenges – for example, managing migration means Europe delivering on better cooperation in development and peace-building with its entire neighbourhood – that’s for sure. But Europe also need to be ambitious on programmes which have proved to be a success, such as Erasmus, the programme for science and technology or the youth initiative. Most of all, we need to ensure strong means to provide social and*

territorial cohesion in Europe, because without that there is no unity among European citizens. This also means – because convergence is a central problem for us – that, when it comes to the eurozone, we need to include a fiscal capacity in the upcoming Multiannual Financial Framework.

So how can we deliver on all this? Well, the answer is easy. We have to accept, once and for all, that we need new own resources to finance our common budget. And there is a further matter on which the leaders were too shy, namely the right way to understand European democracy, because some of them are hesitant about the need for European parties to put up their own candidates in European elections, presenting their own programmes in such a way that citizens can choose not only legislators but also executive power. From our side, this is very clear. The Parliament ...

(The President asked the speaker to conclude)

I have two minutes.

(The President urged the speaker to conclude briefly)

Usually I am very precise, Mr President.

Parliament will elect a President of the European Commission only if that person is properly presented to the electorate. From our side this is very clear”.

Pedro Silva Pereira (S&D) *“Senhor Presidente, para quem defende o avanço do projeto europeu, as conclusões do último Conselho informal são motivo de preocupação, mas numa coisa o Conselho esteve bem, ao endossar a proposta que foi aprovada aqui neste Parlamento sobre a recomposição do Parlamento Europeu e que foi aprovada por larga maioria e em que tive a honra de ser correlator.*

Numa questão difícil, o Parlamento provou que era capaz de gerar soluções justas e consensos alargados. O Conselho faria bem em dar mais ouvidos a este Parlamento também noutras questões, como o Quadro Financeiro Plurianual.

O Sr. Comissário disse—nos aqui que uma das maiores ameaças ao futuro do projeto europeu é o agravamento das divergências. Pois há, hoje, quem no Conselho e na Comissão defenda cortes nas políticas de coesão e de convergência. Era bom que também aí fossem dados ouvidos a este Parlamento Europeu”.

Eurodeputados criam nova comissão especial sobre os crimes financeiros

O Parlamento Europeu (PE) aprovou a criação de uma nova comissão especial sobre os crimes financeiros e a elisão e a evasão fiscais.

A nova comissão especial do PE dará seguimento ao trabalho das anteriores comissões TAXE e PANA, criadas após as revelações dos LuxLeaks e dos Documentos do Panamá, e terá em conta os recentes Documentos do Paraíso, de novembro passado.

Os eurodeputados irão acompanhar os progressos realizados pelos Estados-Membros para combater as práticas que permitem a elisão e/ou a evasão fiscais e avaliar os regimes nacionais que proporcionam privilégios fiscais, tais como os programas de aquisição de cidadania.

A nova comissão deverá também contribuir para o debate em curso sobre a fiscalidade da economia digital e avaliar a seleção de países para a “lista negra” da UE de paraísos fiscais, bem como a retirada de países dessa lista.

Os parlamentares irão ainda avaliar a forma como as regras europeias sobre o IVA foram contornadas no contexto dos Documentos do Paraíso e o impacto da fraude ao IVA.

A comissão especial sobre os crimes financeiros e a elisão e a evasão fiscais será composta por 45 eurodeputados, devendo apresentar o relatório final dentro de um ano.

A resolução que determina as competências, composição numérica e duração do mandato da nova comissão foi hoje aprovada por larga maioria.

A lista dos eurodeputados que vão integrar esta comissão especial será aprovada na sessão plenária de março.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“No seguimento dos trabalhos realizados pelas Comissões TAXE e PANA, criadas após as revelações dos LuxLeaks e dos Documentos do Panamá, o Parlamento Europeu decidiu criar uma nova comissão especial sobre os crimes financeiros e a elisão e a evasão fiscais. Esta nova comissão irá acompanhar os progressos realizados pelos Estados-Membros para combater as práticas que permitem a elisão e/ou evasões fiscais e avaliar os regimes nacionais que proporcionam privilégios fiscais, tais como os programas de aquisição de cidadania. Por outro lado deverá também contribuir para o debate em curso sobre a fiscalidade da economia digital e avaliar a selecção de países para a “lista negra” da UE de paraísos fiscais, bem como a retirada de países dessa lista. Pelo exposto, apoio a presente proposta de Decisão de criação da referida Comissão Especial sobre os crimes financeiros e a elisão e a evasão fiscais”.*

PE aprova regras para obrigar intermediários a declarar esquemas de planeamento fiscal agressivo

O Parlamento Europeu (PE) aprovou novas regras para aumentar o escrutínio a que estão sujeitas as atividades de planeamento e aconselhamento fiscal na União Europeia (UE).

A proposta visa dissuadir os intermediários, como consultores fiscais, contabilistas, bancos e advogados, de conceber e comercializar mecanismos suscetíveis de conduzir à elisão e evasão fiscais. A obrigação de comunicar às autoridades tributárias os mecanismos de planeamento fiscal agressivo recairá sobre os intermediários e, em alguns casos, sobre pessoas singulares e empresas.

Várias fugas de informação, como os Documentos do Panamá, revelaram como certos intermediários apoiam os seus clientes na fuga aos impostos, normalmente através de mecanismos complexos transnacionais que permitem dissimular dinheiro em territórios *offshore*.

Os mecanismos de planeamento fiscal com determinadas características, suscetíveis de causar perdas aos Estados, passarão a ter de ser comunicados às autoridades fiscais antes de serem postos em prática (num prazo de cinco dias a contar da data da prestação ao cliente), o que deverá desincentivar os intermediários de conceber e comercializar este tipo de mecanismos.

Os contribuintes serão também menos *“tentados”* a criar ou utilizar esquemas deste tipo se souberem que estes devem ser declarados.

Um regime de comunicação obrigatória deverá ainda contribuir para criar condições equitativas para as empresas, dado ser provável que as empresas de maior dimensão recorram mais a estes mecanismos para fins de elisão fiscal num contexto transfronteiras do que as PME.

Cada Estado-Membro poderá, se necessário, conceder aos intermediários o direito à dispensa de apresentação de informações sobre um mecanismo transfronteiras “*quando os intermediários possam beneficiar do direito ao segredo profissional ao abrigo da legislação nacional*”.

Nesses casos, a obrigação de apresentar informações cairá sobre o contribuinte. Os intermediários “*devem informar por escrito os contribuintes desta responsabilidade que resulta do direito ao segredo profissional, devendo conservar um aviso de receção assinado pelo contribuinte*”, dizem os eurodeputados. O contribuinte deverá apresentar às autoridades fiscais as informações sobre o mecanismo transfronteiras no prazo de dez dias úteis, acrescentam.

Troca obrigatória de informações entre os Estados-Membros

A troca automática e obrigatória de informações é um elemento fundamental desta proposta. Os Estados-Membros trocarão automaticamente, através de uma base de dados centralizada, as informações que receberem sobre mecanismos de planeamento fiscal, o que os alertará atempadamente para novos riscos de elisão fiscal e lhes permitirá tomar medidas para bloquear procedimentos nocivos. A troca automática será feita trimestralmente.

A assembleia europeia defende que a Comissão deve publicar uma lista dos mecanismos fiscais transfronteiras comunicados suscetíveis de serem utilizados para fins de elisão fiscal, sem fazer qualquer referência ao intermediário ou ao contribuinte.

A proposta, sobre a qual o PE é consultado, deixa aos Estados-Membros a responsabilidade de estabelecer as sanções aplicáveis em caso de violação das regras. O PE quer que a Comissão disponibilize ao público uma lista dos intermediários e contribuintes a quem tenham sido aplicadas sanções, incluindo o nome, a nacionalidade e o local de residência dos mesmos.

Próximos passos

A proposta de diretiva foi aprovada em plenário por 541 votos a favor, 33 contra e 61 abstenções, tendo ainda de ser aprovada pelo Conselho de Ministros da UE, por unanimidade. Está previsto que os novos requisitos de comunicação se tornem obrigatórios no início de 2019.

Certos Estados-Membros, como Portugal, Irlanda e Reino Unido, já dispõem de regimes nacionais de comunicação obrigatória para os intermediários.

A proposta faz parte das iniciativas da UE para lutar contra a elisão e a evasão fiscais e promover um sistema fiscal mais justo.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Ana Gomes (S&D) “*Senhor Presidente, os esquemas de evasão fiscal e lavagem de dinheiro destacados pelos Panama Papers e Paradise Papers, entre outros escândalos, mostram como existe uma transfronteiriça teia de intermediários, incluindo consultores, banqueiros, advogados, contabilistas e outros prestadores de serviços que se especializaram em arquitetar esquemas de evasão fiscal e branqueamento para as grandes multinacionais, para clientes ricos e para máfias, para evitarem impostos e outras obrigações legais com opacidade e impunidade.*

É por isso que esta proposta da Comissão que segue o apelo do Parlamento em vários relatórios é tão importante. Visa assegurar a obrigação de denunciar os esquemas transfronteiriços, concebidos por intermediários fiscais ou contribuintes, às autoridades fiscais de cada Estado-Membro, incluindo as informações recolhidas na troca automática de informações entre as autoridades fiscais na União Europeia.

O excelente relatório de Emmanuel Maurel, que será hoje aprovado, visa reforçar a Comissão por parte do Parlamento. Esperemos que os Governos no Conselho não reduzam o âmbito das obrigações de reportar informação e de partilhar informações recolhidas, de

forma a adotarmos legislação robusta, sem subterfúgios contra a transparência e a prestação de contas”.

Carlos Coelho (PPE) *“A luta contra a elisão e a evasão fiscais é uma das prioridades políticas da União Europeia com vista à criação de um mercado único mais aprofundado e mais equitativo. Recentes fugas de informação, nomeadamente os Documentos do Panamá, permitiram revelar a forma como certos intermediários parecem ter ajudado ativamente os seus clientes a utilizar os mecanismos de planeamento fiscal agressivo, a fim de reduzir a carga fiscal e de dissimularem dinheiro em territórios offshore. Apoio o Relatório Maurel por considerar que o bom funcionamento do mercado encontra-se comprometido pelas distorções e pela falta de equidade através de estruturas nocivas que aliás as recentes fugas de informação, como os Documentos do Panamá, revelaram. Defendo pois uma troca de informações automática entre as autoridades de fiscalidade elemento fundamental da legislação proposta, o que aumentará a pressão sobre os intermediários para que se abstenham de conceber, comercializar e aplicar mecanismos de planeamento fiscal agressivo e faz com que os contribuintes sejam menos tentados a criar ou utilizar esses mecanismos se souberem que estes devem ser declarados ao abrigo de um regime de comunicação obrigatória”.*

PE quer que condições económicas favoráveis sejam aproveitadas para concluir União Bancária

As atuais condições económicas favoráveis constituem uma oportunidade para prosseguir as reformas necessárias à conclusão da União Bancária, diz um relatório aprovado pelo Parlamento Europeu (PE).

“A União Bancária precisa de ser reforçada, na medida em que constitui um objetivo fundamental para a estabilidade financeira da área do euro e um elemento indispensável de uma verdadeira União Económica e Monetária”, salienta o relatório anual do PE sobre a União Bancária, aprovado em plenário por 476 votos a favor, 116 contra e 25 abstenções.

O PE reitera a sua preocupação com o elevado nível de créditos não produtivos (crédito malparado), incentiva a criação de sociedades de gestão de ativos, ou *“bancos maus”*, para resolver este problema, e nota que a União Bancária está incompleta sem um terceiro pilar, relativo à criação de um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos.

A assembleia europeia quer que sejam envidados novos esforços para concluir a União Bancária, dado que esta permanece incompleta enquanto não for dotada de um mecanismo de apoio orçamental para o Fundo Único de Resolução e de um terceiro pilar, constituído por uma abordagem europeia ao seguro/resseguro dos depósitos.

Os eurodeputados recordam que é necessário um apoio orçamental para assegurar um quadro de resolução credível e eficaz e a capacidade para lidar com crises sistémicas, bem como para evitar o recurso a resgates bancários com fundos públicos. Um futuro Fundo Monetário Europeu acolheria a função de apoio orçamental ao Fundo Único de Resolução.

O PE diz que a proteção dos depósitos é *“uma questão de interesse comum para todos os cidadãos da UE”*, estando a União Bancária incompleta sem um terceiro pilar, relativo a um sistema europeu de seguro de depósitos (a proposta foi apresentada em novembro de 2015, mas tem estado bloqueada).

“As atuais condições económicas favoráveis constituem uma oportunidade para prosseguir as reformas necessárias à conclusão da União Bancária”, defende o PE, notando que a sua conclusão é fundamental para quebrar a ligação banco-dívida soberana e que os riscos em determinados sistemas bancários nacionais continuam a não ser suficientemente tidos em conta.

O relatório aborda ainda os desafios colocados pelo setor da tecnologia financeira (FinTech), os riscos no domínio da cibersegurança e as vulnerabilidades resultantes do alastramento do sistema bancário sombra.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“A conclusão da União Bancária é um elemento indispensável de uma União Económica e Monetária, a par da União de Mercados de Capitais, em construção. Para tal, é fundamental melhorar os rácios de capital e de liquidez dos bancos europeus e garantir a segurança dos depósitos. Num sistema bancário fortemente interdependente como é o europeu, importa assegurar a confiança mútua e criar condições para um financiamento bancário fluído para a economia real. Assim, concordo que os principais instrumentos legislativos em matéria de União Bancária tomem a forma de regulamento. No plano da supervisão, registo o trabalho do Mecanismo Único de Supervisão e as avaliações do risco de insolvência, apelando a mais e melhores testes de esforço. Preocupa-me o nível de créditos não produtivos e a exposição de bancos à dívida soberana. No plano da resolução, defendo que o novo regime em vigor incremente a transparência e a coerência com as regras relativas a auxílios estatais. Entendo que o Fundo Único de Resolução deve ter mecanismos de apoio orçamental equilibrados. No plano da segurança de depósitos, defendo uma maior harmonização de sistemas de garantia e o lançamento das bases de um sistema europeu de seguro de depósitos, com um fundo respectivo”.*

Miguel Viegas (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, durante o ano de 2017, mais uma vez, os contribuintes foram forçados a pagar o resgate da banca italiana, com uma entrada massiva de 17 mil milhões de dinheiros públicos. Este dinheiro retirado diretamente do bolso dos trabalhadores serviu para salvar dois bancos falidos e proteger os seus obrigacionistas. Em Portugal, o dinheiro dos contribuintes continua a pagar as resoluções do BPN, do Banif e do Banco Espírito Santo. Assistimos, igualmente, a uma vaga de fusões e à criação de gigantescos grupos financeiros, todos eles controlados por grupos estrangeiros, ou seja, tudo ao contrário do que foi anunciado pela União Bancária, que foi criada para acabar com os bancos demasiado grandes para falir e acabar com o regabofe de fundos públicos para pagar as favas da especulação e da irresponsabilidade financeira. Para o PCP, a União Bancária foi desenhada para reforçar o papel da finança e retirar aos Estados nacionais qualquer capacidade de intervir no sistema financeiro. Sabemos, hoje, que a supervisão é uma farsa e que a resolução não é credível. A nossa proposta é muito clara: só um controlo público da banca poderá colocar o sistema financeiro ao serviço da economia e do desenvolvimento”.*

Parlamento Europeu apela à proteção da saúde das abelhas e a apoios aos apicultores

O Parlamento Europeu (PE) propôs medidas para proteger a saúde das abelhas, apoiar os apicultores europeus e promover o mel e a sua utilização terapêutica.

As abelhas prestam um serviço fundamental ao ecossistema e à agricultura na União Europeia (UE) ao polinizarem as flores, nota um relatório sobre as perspetivas e os desafios para o setor da apicultura na UE, aprovado por 560 votos a favor, 27 contra e 28 abstenções.

O PE apela a uma estratégia de grande escala e a longo prazo para a saúde das abelhas e seu repovoamento, a fim de preservar as populações de abelhas selvagens atualmente em declínio na UE.

Em alguns Estados-Membros, o número de colónias de abelhas diminuiu devido aos efeitos das alterações climáticas (por exemplo, geada de primavera, seca, incêndios), de determinadas substâncias ativas dos pesticidas e de perturbações no mercado interno do mel.

Os eurodeputados propõem um plano de ação para combater a mortalidade das abelhas, o aumento do financiamento ao setor da apicultura e a introdução de um regime de compensação nos programas apícolas nacionais para a mortalidade das colónias de abelhas, resultante de catástrofes naturais, doenças ou predações.

A assembleia europeia recomenda também programas de criação de abelhas resilientes a espécies invasoras, como o *Varroa destructor*, a vespa asiática e a loque americana, e o desenvolvimento de medicamentos inovadores.

O PE insta a Comissão e os Estados-Membros a porem em prática medidas para aumentar a proteção e o apoio financeiro às populações locais de abelhas melíferas em toda a UE, incluindo através de zonas de conservação das abelhas endémicas legalmente protegidas.

Proibição de certas substâncias ativas dos pesticidas

Os eurodeputados defendem a proibição de substâncias ativas dos pesticidas, como os neonicotinóides, que representem um risco para as abelhas, com base em dados cientificamente comprovados, e o recurso a produtos ou métodos agronómicos alternativos seguros.

Controlo da qualidade do mel importado

O PE quer também que sejam reforçados os controlos veterinários fronteiriços e no mercado interno e que sejam realizadas amostragens e testes oficiais ao mel proveniente de países terceiros nas fronteiras externas da UE, notando que as importações de baixa qualidade, as adulterações e os sucedâneos continuam a exercer pressão sobre os preços.

A Comissão Europeia deve garantir que o mel e outros produtos apícolas sejam considerados “*produtos sensíveis*” nas atuais ou futuras negociações de acordos de comércio livre, dado que “*a concorrência direta pode expor o setor da apicultura da UE a uma pressão excessiva ou insustentável*”, diz o relatório, exortando o executivo comunitário a “*excluí-los eventualmente*” do âmbito das negociações de comércio livre.

Promoção do mel junto das crianças e da sua utilização terapêutica

O PE recorda que o mel é um dos produtos agrícolas que pode ser incluído no âmbito do regime de distribuição de fruta, produtos hortícolas e leite nas escolas, incentivando os Estados-Membros a informarem as crianças sobre os produtos locais e a reforçarem a participação de produtores de mel locais nos programas escolares. O mel pode ser utilizado para substituir o açúcar refinado e outros adoçantes, contribuindo, assim, para a saúde pública, sublinha.

Os eurodeputados pedem ainda à Comissão que elabore um relatório sobre as diferentes práticas terapêuticas que utilizam mel, pólen, geleia real e veneno de abelha na UE, salientando a importância crescente da apiterapia como uma alternativa natural ao tratamento com medicamentos convencionais.

Dados

Há mais de 600.000 apicultores na UE, dos quais 10.698 em Portugal, segundo dados de 2016 da Comissão Europeia. Os três principais produtores europeus de mel são a Roménia, a Espanha e a Hungria, seguidas da Alemanha, da Itália e da Grécia.

A UE produz cerca de 250.000 toneladas de mel por ano, sendo o segundo maior produtor a nível mundial, depois da China.

Cerca de 84% das espécies vegetais e 76% da produção alimentar na Europa dependem da polinização efetuada pelas abelhas selvagens e domésticas.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O sector da apicultura é parte integrante da agricultura europeia, sendo fonte de rendimentos para mais de 620.00 cidadãos da União Europeia. A situação dos apicultores atualmente activos na UE está longe de ser fácil. O maior problema que enfrentam é a propagação do mel adulterado no mercado interno, responsável pela queda do preço de compra do mel, o que coloca os apicultores europeus numa posição crítica. Além disso, existem várias doenças animais que estão a causar uma destruição maciça da espécie e a causar prejuízos graves e a insolvência de muitos apicultores europeus. É necessário combater o problema do mel contrafeito, não só para proteger os apicultores da UE, mas também para proteger os consumidores. Os Estados-Membros deverão partilhar os resultados dos testes de controlo sobre a saúde das abelhas, entre si e com a Comissão, como forma de fomentar a investigação e desenvolvimento em matéria de fármacos, devendo a Comissão envolver todos os produtores pertinentes da indústria farmacêutica na investigação e criar uma plataforma informática comum para partilhar as melhores soluções e os melhores fármacos com as partes interessadas. Pelo exposto apoio o relatório Erdős”.*

Ordem do dia 28 de Fevereiro e 1 Março de 2018

► Quarta-Feira, 28 Fevereiro

15:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

A situação humanitária na Síria, em particular em Ghuta - *Declaração do Presidente*

Reunião informal do Conselho Europeu de 23 de fevereiro de 2018

Decisão da Comissão de acionar o artigo 7.º, n.º 1, do TUE relativamente à situação na Polónia - *Declaração da Comissão*

As prioridades da UE para as sessões do Conselho dos Direitos do Homem da ONU em 2018 - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Definição, apresentação e rotulagem das bebidas espirituosas e proteção das indicações geográficas das bebidas espirituosas - *Relatório: Pilar Ayuso (A8-0021/2018)*

Situação dos direitos fundamentais na UE em 2016 - *Relatório: Frank Engel (A8-0025/2018)*

O trabalho e o legado do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

As atividades proibidas de lobbying do antigo Presidente da Comissão Barroso, como a reunião com o Comissário Katainen - *Declaração da Comissão*

Remoção de vários países terceiros da lista da UE de jurisdições fiscais não cooperantes - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Perspetivas e desafios para o setor da apicultura na UE - *Relatório: Norbert Erdős (A8-0014/2018)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Quinta-Feira, 01 de Março

08:30 - 11:20

União bancária - Relatório anual de 2017 - *Relatório: Sander Loones (A8-0019/2018)*

Troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade - *Relatório: Emmanuel Maurel (A8-0016/2018)*

Cortar as fontes de rendimento dos jihadistas - atacar o financiamento do terrorismo - *Relatório: Javier Nart (A8-0035/2018)*

Prioridades da UE para a 62.ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Condição da Mulher - *Relatório: Izaskun Bilbao Barandica, Ángela Vallina (A8-0022/2018)*

11:30 - (Discurso de Nils Muižnieks, Comissário para os Direitos do Homem do Conselho da Europa)

11:30 - 13:30 VOTAÇÃO

Eleição de um Vice-Presidente do Parlamento Europeu (em substituição de Ryszard Czarnecki)

Distribuição de produtos de seguros: data de entrada em aplicação das medidas de transposição dos Estados-Membros - *Relatório: Werner Langen (A8-0024/2018)*

Acordo Bilateral entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre medidas prudenciais relativas aos seguros e resseguros - *Recomendação: Roberto Gualtieri (A8-0008/2018)*

Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Annemie Turtelboom - *Relatório: Indrek Tarand (A8-0027/2018)*

Nomeação de um membro do Conselho Único de Resolução - *Relatório: Roberto Gualtieri (A8-0030/2018)*

Constituição, responsabilidades, composição numérica e duração do mandato da comissão especial sobre os crimes financeiros e a elisão e a evasão fiscais

Definição, apresentação e rotulagem das bebidas espirituosas e proteção das indicações geográficas das bebidas espirituosas - *Relatório: Pilar Ayuso (A8-0021/2018)*

Troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade - *Relatório: Emmanuel Maurel (A8-0016/2018)*

Objeção nos termos do artigo 106.º: Autorização do milho geneticamente modificado 59122 (DAS-59122-7) - *Proposta de resolução*

Objeção nos termos do artigo 106.º: Autorização do milho geneticamente modificado MON 87427 x MON 89034 x NK603 e do milho geneticamente modificado combinando dois dos elementos MON 87427, MON 89034 e NK 603 - *Proposta de resolução*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2017/006 ES/Galiza - vestuário - *Relatório: Esteban González Pons (A8-0033/2018)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2017/007 SE/Ericsson - *Relatório: Urmaz Paet (A8-0032/2018)*

Decisão da Comissão de acionar o artigo 7.º, n.º 1, do TUE relativamente à situação na Polónia - *Propostas de resolução*

Situação dos direitos fundamentais na UE em 2016 - *Relatório: Frank Engel (A8-0025/2018)*

Perspetivas e desafios para o setor da apicultura na UE - *Relatório: Norbert Erdős (A8-0014/2018)*

União bancária - Relatório anual de 2017 - *Relatório: Sander Loones (A8-0019/2018)* 6

Cortar as fontes de rendimento dos jihadistas - atacar o financiamento do terrorismo - *Relatório: Javier Nart (A8-0035/2018)*

Prioridades da UE para a 62.ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Condição da Mulher - *Relatório: Izaskun Bilbao Barandica, Ángela Vallina (A8-0022/2018)*